



# Labor & Engenho...

Campinas [SP] Brasil, v.11, n.3, p.208-393, jul./set. 2017

Catálogo na Publicação / Cataloguing in Publication Data  
Elaborada por: Gildeir Carolino Santos - CRB-8<sup>ª</sup>/5447

**Labor & Engenho / Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo. -- Campinas, SP, v.1, n.1 (2007-).**


























Periodicidade trimestral desde 2010.  
e-ISSN 2176-8846 (online de 2007).  
ISSN 1981-1152 (impresso, apenas v.1, n.1, 2007).

1. Arquitetura e urbanismo - Periódicos. 2. Patrimônio - Periódicos. 3. Engenharia civil - Periódicos. 4. Engenharia ambiental - Periódicos. 5. Desenvolvimento regional - Periódicos. I. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo.

CDD: 720.05



## SCIENTIFIC COMMITTEE (2016-2017)

-  Alejandra Rojas Gonzales, Universidad de Costa Rica / COSTA RICA
-  Alejandro Acosta Collazo, Universidad Autónoma de Aguascalientes / MEXICO
-  Alicia Novick, Universidad de Buenos Aires / ARGENTINA
-  André Munhoz de Argollo Ferrão, Universidade Estadual de Campinas / BRAZIL [ **EDITOR-IN-CHIEF** ]
-  Andrea Coelho Laranja, Universidade Federal do Espírito Santo / BRAZIL
-  Balthasar Novak, Universität Stuttgart / GERMANY
-  Craig Edward Colten, Luisiana State University / UNITED STATES
-  Ganapathy Pattukandan, Vellore Institute of Technology University / INDIA
-  Gildo Magalhães dos Santos Filho, Universidade de São Paulo / BRAZIL
-  Hervé Thierry, Centre National de la Recherche Scientifique / FRANCE
-  Humberto Morales Moreno, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla / MEXICO
-  Isabel Martínez de San Vicente, Universidad Nacional de Rosario / ARGENTINA
-  Joaquín Sabaté Bel, Universidad Politécnica de Cataluña / SPAIN
-  José Gilberto Dalfré Filho, Universidade Estadual de Campinas / BRAZIL
-  Leonel Pérez Bustamante, Universidad de Concepción / CHILE
-  Manuela Mattone, Politecnico di Torino / ITALY
-  Mario Jorge Cardoso Coelho Freitas, Universidade do Estado de Santa Catarina / BRAZIL - PORTUGAL
-  María Mercedes Medina Acosta, Universidad de La Republica / URUGUAY
-  Miguel Ángel Álvarez Areces, Asociación de Arqueología Industrial INCUNA / SPAIN
-  Murat M. Tanik, University of Alabama at Birmingham / UNITED STATES
-  Nadine Samaha Kruk, Instituto Tecnológico da Aeronáutica / BRAZIL
-  Néstor José Rueda Gómez, Universidad Santo Tomás Bucaramanga / COLOMBIA
-  Paulo de Mattos Pimenta, Universidade de São Paulo / BRAZIL
-  Pedro Isaac Fidelman, University of the Sunshine Coast / AUSTRALIA
-  Tomanao Kobayashi, Gifu University / JAPAN

**Ambiente, rede urbana e a definição das fronteiras paulistas**

A revista Labor & Engenho [ISSN 2176-8846] traz a público o terceiro número do volume 11, contendo 9 belos artigos que tratam de temas afetos ao meio ambiente, território e paisagem. Todavia, este número se inicia com um presente aos leitores: um maravilhoso *dossier* composto por 7 artigos de excelente qualidade abstraídos de uma linha de pesquisa muito interessante. O “*Dossier Rede Urbana e Definição das Fronteiras Paulistas*” contou com a curadoria da Professora Doutora Jane Victal e a colaboração prestimosa de Vitor Sartori Cordova, ambos vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Neste número da Labor & Engenho os leitores encontrarão 2 artigos de excelente qualidade que não constam do *dossier*. O primeiro deles, oitavo na lista do Sumário, convida o leitor a caminhar na Trilha Norte-Sul e a investigar a suposição de que bons passeios públicos possam estimular a prática de uma boa caminhada. Os objetivos do trabalho consistem em analisar as condições das calçadas e os hábitos relativos à caminhada, assim como os locais onde isto é efetivado; verificar os costumes referentes ao uso das praças e parques; e avaliar os efeitos das ilhas de calor no trecho entre o Parque da Água Branca e o Horto Florestal, na cidade de São Paulo [SP]. Os resultados da pesquisa mostram que em determinados trechos há a necessidade de realizar adequações nas calçadas e melhorias na arborização; aumentar a segurança das praças, e criar mais opções de lazer e esporte para a população. Por fim, foram observadas ilhas de calor na área de estudo, as quais coincidiram com os locais onde a arborização foi avaliada como crítica. Convidamos os leitores a aprofundarem-se nas questões de infraestrutura verde com o artigo intitulado “*Caminhar na Trilha Norte-Sul: infraestrutura verde entre o Parque da Água Branca e o Horto Florestal em São Paulo [SP]*”, de autoria de Cíntia Miua Maruyama e Maria de Assunção Ribeiro Franco.

O nono artigo da lista do Sumário convida o leitor a ultrapassar as fronteiras do estado de São Paulo para dar uma esticada até o Rio de Janeiro, discutir o papel dos telhados verdes no desenho e no próprio desenvolvimento urbano de baixo impacto ambiental. No artigo intitulado “*Avaliação do papel dos telhados verdes no desenho e desenvolvimento urbano de baixo impacto ambiental e no controle de enchentes na Cidade do Rio de Janeiro*”, os autores Dayana Martins Nunes, Paulo Luiz da Fonseca e Luciene Pimentel da Silva aprofundam-se em questões relacionadas ao manejo das águas pluviais urbanas e avaliam o desempenho dos telhados verdes como dispositivos nos sistemas de micro e macrodrenagem. A metodologia envolveu a aplicação de modelos computacionais hidrológicos-hidráulicos através de estudo de caso em bacia hidrográfica localizada em área de paisagem periurbana na cidade do Rio de Janeiro. Trata-se de um excelente trabalho que encerra com brilhantismo mais um número da revista. A seguir, Jane Victal, Editora Associada neste número da Labor & Engenho (L&E, v.11, n.3, jul./set., 2017), apresenta o Editorial do mencionado *dossier* — contextualizando os trabalhos que compõem as 7 primeiras posições da lista do Sumário, para que os leitores desfrutem de uma profícua e aprazível experiência de leitura.

**Dossier Rede Urbana e Definição das Fronteiras Paulistas**

[por] Jane Victal

A delimitação das fronteiras do Estado de São Paulo teve origem com o processo de expansão da ocupação territorial da capitania de São Vicente realizada por meio de entradas utilizando os caminhos indígenas em direção aos sertões, com aberturas de pontos de permanência. Os caminhos forneceram uma trama de povoados que formaram a rede de cidades paulistas desde o período colonial. A consolidação destes caminhos e formação de novos deram suporte ao tropeirismo, quando mercadorias e pessoas percorriam e consolidavam as estradas num território de fronteiras ainda bastante imprecisas.

A Paulistânia, região popularmente atribuída a Capitania de São Paulo chegou a compor um vasto território que incluía além do atual Estado de São Paulo, partes de Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e Paraná. Entradas, conflitos, negociações diplomáticas, elaboração de cartografias, fundação de cidades, construção de estradas e planejamento territorial foram alguns dos instrumentos que

deram suporte à ocupação do território pelos portugueses e a delimitação das fronteiras. Enquanto a burocracia administrativa portuguesa formava o Brasil, as populações autóctones não abandonaram totalmente a sua forma de habitar e representar o mundo. Pelo contrário, preservaram muito dos seus traços e assimilaram outros quando novas levas étnicas vieram, como os europeus, afrodescendentes e, posteriormente, diversos ramos asiáticos, enriquecendo as culturas locais. A retomada de alguns momentos e geografias desta história fornece as bases para o entendimento da paisagem cultural na qual se insere a rede de cidades paulistas, onde ainda persistem elementos do patrimônio material e imaterial a serem preservados.

Assim, para a presente edição da revista *Labor & Engenho*, a discussão pauta-se pela análise crítica dos dilatamentos, sobreposições, demarcações e definições do que poderia ser o território nacional paulista, com mais ênfase no denominado “sertão” na literatura especializada. Entretanto, esta edição propositalmente incorpora e amplia o debate sobre a geografia dos limites territoriais apoiada nos mapas históricos e relatos dos primeiros viajantes para identificar traços de uma paisagem cultural em formação, procurando outros fundamentos em prol de uma nova história urbana. Desta forma, a opção por um assunto como o sertão, e sua importância na elucidação sobre o urbanismo no Brasil, talvez tenha explicações, sobretudo em meios acadêmicos, na predileção hodierna por uma definição mais brasileira do Brasil.

Sem abandonar totalmente as análises sobre as relações e ações sociais presentes nas demarcações eclesiásticas e legais dos domínios do território de um período mais eurocêntrico, busca-se identificar as bases da formação de nossa identidade nacional (e sobretudo urbana) inserindo na história das cidades brasileiras um mundo pós-colonial feito por pessoas enraizadas num coletivo sociocultural pleno de possibilidades. Assim sendo, alguns questionamentos começaram a surgir como, por exemplo: seria este sertão um arcabouço cultural de vários ramos socioculturais que foram se formando a partir do surgimento do povo brasileiro? Uma rede de trocas comerciais de produtos que se divergiam das grandes racionalidades produtivas metropolitanas como, por exemplo, as culturas de subsistência? Ou tudo isso converge exatamente para um ponto crucial (todavia esquecido) levantado pelos paradigmas em voga, ou seja, que estas análises colocam em pauta um dos problemas mais subestimados na linha da história do pensamento urbanístico: o constante anacronismo presente nas urdiduras do real, instância crítica e desafiadora necessária a qualquer abarcamento teórico mais atento?

O enigma já se inicia nos modelos propostos para as análises das formações das cidades no Brasil, onde as certezas de um rocío, de um termo, de uma localidade erigida a partir da doação de um patrimônio vindo de um poderoso senhorio (estes sendo considerados os pontos cruciais de uma modernidade que define o que é urbano, frente a uma sociedade “arcaica” e constantemente associada ao âmbito rural) têm que conviver com a multiplicidade cultural hibridada brasileira que produz uma realidade histórica particular, onde estes “rios subterrâneos” revelam diversas camadas populacionais resistentes, mais lentas às mudanças apontadas por múltiplas dissertações, teses e livros sobre o assunto.

Assim, os artigos em questão revelam exatamente os pontos contraditórios do tema “História do Urbanismo no Brasil”, aonde os cenários patrimonialista e materialista vão, eles próprios, sendo mecanismos de estranhamento de si. Quando exacerbam-se os próprios limites em termos de uma compreensão do momento histórico ao qual convergem os estudos, ou na incapacidade de pensar saídas para além das possibilidades que pensam ter esclarecido, neste mesmo processo revela-se a necessidade de se retomar a importância de uma metodologia que privilegia o que fica à margem de uma interpretação tida como consistente e cientificamente profunda do que seria o Brasil e seus assentamentos urbanos.

Deve ser esta a razão das resistências averiguadas até hoje no âmbito das cidades brasileiras, onde os motivos destas convergem ao reconhecimento identitário não só de classe, mas também de gênero, de cor, onde coloca-se o problema sobre os desejos não saciados pelas promessas progressistas devido ao seus ritmos desiguais, fazendo do sujeito, quando frustrado por esta situação, um estranho de si mesmo, sem capacidade reflexiva, fruto da desnaturalização de um pensar provedor de alternativas possíveis aos seus questionamentos. Talvez, a importância dessas resistências para esta edição se deva à servirem aos especialistas de nossa disciplina no intuito de repensar

como esta incapacidade não se resume somente a um problema do homem comum, aquele da cotidianidade, mas também a um problema relacionado a impropriedade dos nossos modelos de análise sobre cidades no Brasil.

Desta forma, não seriam estas manifestações recentes provas suficientes de que a ausência de uma metodologia sobre o que é o Brasil e o povo brasileiro está relacionada ao problema de um espaço que não consegue se desvencilhar de uma mentalidade sustentada pela dicotomia entre o sagrado e o profano? Não seriam as desigualdades sociais, culturais e políticas apontadas por estes movimentos a prova de um descompasso histórico advindo por uma falta de acuidade das diversas possibilidades de que se constitui o Brasil?

Neste viés, os artigos desta edição da Labor & Engenho irão buscar desvencilhar-se dos olhares dos viajantes europeus do século XIX, que esfumaram com seus cadernos de campo este “Brasil mais brasileiro”, indo examinar nas tramas e dramas sertanejos, com mais ênfase nas capitânias sulinas com sede em São Vicente, o “lado de cá” do desenvolvimento da trama urbanística nacional.

De início, tem-se o artigo denominado *“A formação da rede urbana como estratégia de definição da fronteira entre as Capitânias de Minas Gerais e de São Paulo na segunda metade do século XVIII”*, onde as autoras Ivone Salgado e Renata Baesso Pereira discutem elucidando o processo de ocupação do território enquanto afirmação da fronteira entre as Capitânias e posteriormente Províncias de São Paulo e Minas Gerais, tendo como ponto focal a formação de uma parcela da região nordeste paulista a partir da criação da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bom Sucesso do Rio Pardo — atual Caconde [SP].

Para tais fins, apontam a adoção de procedimento teórico-metodológico partindo do conceito de rede de cidades, entrando por este na discussão sobre a constituição do território no Brasil Colônia e Império. O intuito é a demonstração da gênese dos conflitos de fronteira na região, envolvendo a criação de novas vilas e freguesias, a abertura de caminhos e rotas e os novos descobertos auríferos. Este partido teórico-metodológico amplia a historiografia baseada em “biografias” de cidades, pensadas pontualmente, para investigá-las em geografias mais amplas e conectadas entre si.

Como investigação, o artigo incide-se no processo de formação paulista atendo-se à imprecisão dos limites e, portanto, ao movimento de dilatação e retração da fronteira política pela criação de uma rede urbana hierarquizada, conectada por caminhos e trilhas que nasceram com os processos de desbravamentos nos séculos XVIII e XIX. Para tal tarefa, utilizou-se do conceito de rede urbana, identificando com isso uma economia de mercado local que fortalece e faz surgir outras atividades em relação às de origem, induzindo assim trocas no território, gerando novos núcleos de povoamento.

Assim, o artigo tem como pressuposto a formação de uma rede urbana a partir de um quadro de núcleos hierarquizados conectados no processo de construção do território entre as fronteiras mineiras e paulistas, engendrando novos tipos de núcleos urbanos em São Paulo através da sobreposição dos vários caminhos, rotas e fluxos de pessoas que a rede proposta manifesta, resultando em uma paisagem que só pode ser compreendida em perspectiva transtemporal. Desta maneira, o trabalho visa convidar o leitor a se atentar as mudanças em relação à fundação de novos núcleos urbanos no século XIX em relação ao XVIII que ocorreram, principalmente, não mais ligados à um patrimônio religioso, mas sim a um patrimônio laico.

Já o artigo denominado *“Por uma Arqueologia da Paisagem: mobilidade e enraizamento em perspectiva americana”*, de Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, aponta para uma nova história urbana do Brasil, onde no período colonial, levanta a discussão à um patamar além dos parâmetros tradicionais de análise sobre as vilas e cidades que pontuaram um território brasileiro vazio de outras formas de habitar. Para isto, mantendo o foco de sua atenção na ocupação territorial paulista, simultaneamente amplia a escala de observação para incorporar a lógica dos caminhos transcontinentais e observa uma outra dinâmica de circulação e trocas para além daquela tradicional da costa atlântica.

Segundo a autora, a historiografia deu pouca atenção à natureza multifacetada da teia de comunicação que se articulou à esses núcleos, como rios, córregos, veredas, trilhas, caminhos entre os demais tipos de assentamento pelos confins nacionais que também auxiliaram a urba-

nização nacional, tais como arraiais, capelas, freguesias, bairros rurais, aldeias indígenas, pousos, fazendas, sítios, etc., ficando estes obscurecidos em meio à antiga concepção da rede de vilas e cidades. Desta forma, o artigo serve-se de uma série de mapas para a reconstituição de uma trama de caminhos e pontos nodais em macro escala, visando fundamentar um olhar qualitativo mais minucioso com foco nas dinâmicas e práticas cotidianas como no ritmo das viagens, na distância entre as localidades, nas dificuldades de contato, no fluxo dos rios, nas barreiras impostas pelo bioma e nos grupos humanos dos pontos de paragem.

Neste viés, segundo a autora, o exame de certos mapas, que serviriam para reconceituar noções como a de “rede” e “urbano” no Brasil-Colônia — analisando aspectos gerais e especificidades regionais —, propiciaria novas hipóteses sobre o enraizamento e a mobilidade no processo histórico de ocupação e devassamento do território colonial, permitindo alargar o conceito de “núcleo urbano” ao demonstrar que lhe sustentavam camadas territoriais mais profundas, extensas e ricas, revelando uma sinergia extremamente profícua em relação àquela posta pelos estudos de núcleos urbanos alentados tradicionalmente.

O artigo intitulado “*O território paulistânico: um olhar existencial para além dos mapas antigos*”, dos autores Vitor Sartori Cordova e Jane Victal, destaca a discussão não só da formação, mas da consolidação de um tipo humano caracterizado pela antropologia como caipira para uma melhor análise da estruturação territorial brasileira. Neste viés, é trabalhado alguns clássicos da literatura especializada como do literato e antropólogo Antônio Candido para a fundamentação dos modos de vida deste ser humano e de suas ações cotidianas que o destacam como elemento preponderante em algumas das camadas culturais que integram o território.

Para isso, o trabalho submerge numa investigação mais filosófica sobre suas lides trabalhistas e sociais, tentando desvendar por intermédio de uma linha literária os costumes e tradições caipiras e destacando como suas ações o identificam como ser no mundo, ou melhor, como um ser territorializado. Desta forma, estaria enraizado na denominada Paulistânia, terra imaginária e nome designado a um território com contornos imprecisos, onde seria reconhecido primordialmente pela presença de pontos de permanência com habitações caracterizadas pelas técnicas utilizadas para sobrevivência, conferindo-lhe uma paisagem que lhe forneceria relações simbólicas importantes, em meio à uma vastidão de matas e caminhos a serem explorados.

Ampliando o conceito de habitar para além da instancia edilícia, pensando a habitação como lugar de permanência, enraizamento e também como domínio e conhecimento das possibilidades de sobrevivência e traslado, o artigo explora as fronteiras táteis e imprecisas da consciência humana sobre a sua fragilidade existencial perante o mundo que o rodeia. Pontos no território marcados pelas construções frágeis, pela agricultura de subsistência, pela criação de animais domésticos, pelas relações de pertencimento comunitário, pelas manifestações religiosas sincréticas entre outros fatores, manifestam certo modo de ser característico de um mundo próprio. Desta maneira, estas habitações revelar-se-iam como ponto nodal do surgimento deste território, oferecendo uma integração pautada pelo fator “tempo” e denunciando a passagem ou permanência do mameluco nesta região.

Na ocasião, este território compunha-se de uma vastidão que englobava as áreas dos atuais estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, campo de influências e de exploração do antigo paulista nas incursões bandeirista e entradista que, ao longo do tempo, foi sendo repartido em áreas administrativas e reduzido às terras paulistas. Entretanto, onde houvesse o tipo humano em questão e as marcas de sua cultura material e imaterial, ali encontrava-se a Paulistânia, tal como ficou registrado na literatura. Contudo, este artigo também intenta apresentar esta Paulistânia como origem do desenvolvimento do drama relacionado à existência caipira, se transformando não somente num arcabouço de relações causais entre meio, homem e luta, mas também num símbolo dos problemas humanos, ou seja, de um homem que tem a necessidade de se construir e de construir um mundo para si próprio.

No artigo denominado “*Pontal do Paranapanema: Planejamento Territorial e Conflitos de Terras 1886-2011*”, de Luiz Augusto Maia Costa, o autor pontua fatos dos quatros primeiros séculos da experiência histórica brasileira, e mais precisamente o da formação do Estado de São Paulo,

tendo como destaque a região do extremo oeste paulista denominada Vale do Paranapanema. Partindo das bem conhecidas bases materiais do desenvolvimento paulista em meados do século XIX, o café, a ferrovia e a existência de um “complexo cafeeiro”, que desenvolveram, recriaram, transformaram e ressignificaram a rede de cidades pré-existente, demonstra a sua peculiar dinâmica conformando um vasto território. Desta maneira, o autor enfatiza que parte da estratégia política passava pelo desenvolvimento de certo planejamento urbano e territorial forjado na relação entre público e privado, diretamente associado ao reconhecimento e apropriação do seu espaço geográfico. Neste âmbito, o território passou a ser redesenhado a partir da ocupação das fazendas de café interligadas pelas ferrovias que cortavam e reestruturavam o território paulista. Isso também significaria uma espécie de mudança nas relações entre os atores sociais egressos da elite colonial/imperial paulista, passando a empreender um esforço em direção a uma nova ordem social e econômica que contribuía para desembocar no fim da escravidão, no advento da República e, sobretudo, no “surgimento” de uma ordem burguesa-capitalista no Brasil. Estes pontos, embora já abordados pela historiografia, aqui são caros ao estudo do processo de urbanização regional paulista por redimensioná-lo estrategicamente em escala continental.

Para isso, o artigo de Costa aborda alguns estudos de caso e aponta o papel notável de Theodoro Sampaio que, em 1890, como membro da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, havia escrito um estudo sobre a região intitulado “Considerações Geográficas e Econômicas sobre o Vale do Rio Paranapanema” tornando mais clara a intenção de um planejamento territorial com implicações econômicas e patrimonialistas de ocupação das terras baseadas em princípios de “método e sistema”. Após descrever as atividades econômicas já existentes na região, o engenheiro busca racionalizar o escoamento da produção acentuando a supremacia da Ferrovia Sorocabana como via preferencial, mas também como infraestrutura destinada a valorizar as terras cultivadas. Neste sentido, o transporte ferroviário e a valorização das terras visavam o desenvolvimento sistemático do interior paulista, onde o objetivo era interligar o território do estado de São Paulo, bem como conectá-lo a seus vizinhos por intermédio das vias de comunicação ou seja: vias ferroviárias, fluviais e rodoviárias, e destas, com as linhas de telégrafos o que, além de atender às necessidades técnicas, racionais e econômicas, promoveria a ocupação de áreas pouco ocupadas e com potencial de valorização, além de assegurar o escoamento da produção pelo porto de Santos.

Desta maneira, o artigo expõe que, de certa forma, a possibilidade de São Paulo se inserir como cidade fundamental no território abrangido atualmente pelo Mercosul e, em outro patamar, como uma cidade global, tem seus antecedentes no século dezenove. Ao longo do século XX essa rede de infraestrutura só veio a se desenvolver ainda mais, o que explicaria os caminhos pelos quais ocorreu o grande acúmulo de capital e a fenomenal modernização de São Paulo. Também estariam mais nítidos os contornos e conflitos que envolveriam as camadas menos abastadas da população, não só paulista mas brasileira, quanto à obtenção de terras, não sendo à toa que o Pontal do Paranapanema tenha ganhado notoriedade nacional devido aos conflitos sociais relativos à concentração de terras envolvendo disputas entre movimentos populares (como por exemplo, o MST — Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), e os latifundiários na luta pela Reforma Agrária.

Voltando ao espaço intra-urbano, o artigo denominado “*Análise morfológica comparativa: a rede das vilas de Itapeva, Apiaí e Itapetininga fundadas no território paulista sob o governo do Morgado de Mateus*”, de Caio Guedes e Ivone Salgado, investiga o ideário urbano no processo de elevação de algumas freguesias à vila no período colonial. Utiliza-se como estudo de caso as freguesias do termo de Sorocaba, elevadas a vila no governo do Morgado de Mateus (1765-1775): Itapeva da Faxina (1769), Itapetininga (1771) e Apiaí (1771). Para isso, o método compreende a análise comparativa entre as formações urbanas quando da fundação das vilas — reconstituindo as práticas e discursos envolvidos nas elevações —, com os centros históricos atuais, procurando verificar as permanências e rupturas dos modelos formais idealizados de cidade através de seus espaços construídos.

Desta forma, esta interpretação se dá por meio de aspectos morfológicos relativos ao tecido urbano, abordando os modelos advindos desde o século XVIII em Portugal, devido a necessidade da rápida reconstrução da cidade após o terremoto que permitiu a reconfiguração da capital Portuguesa. A imperiosidade da racionalização do espaço estaria no cerne desse modelo, utili-

zando-se para isso a quadrícula ortogonal e implantando-as nas vilas na colônia. Isto se deu principalmente nas elevações de povoados das Capitanias do Sul através da administração do Morgado de Mateus, revelando a extensão do pensamento iluminista do Marquês Pombal no que se refere à organização do traçado e da rede urbana.

A vila, por sua vez, exercia importante função administrativa quando da instalação da Casa de Câmara e Cadeia e do Pelourinho, símbolo máximo da ordem civil e, portanto, de civilidade. Entretanto, a rede urbana que se instalou nas Capitanias do Sul começava a denunciar, em meados do século XVIII, sérios problemas, devido à dificuldade de homogeneização do território que se dava pela dispersão da rede das vilas, freguesias e povoados, conectados através das lógicas sociais e econômicas e concentrados em sua maioria no litoral, demonstrando pouco acesso aos sertões. A fragilidade dos limites era preocupação recorrente para a Coroa sendo necessárias várias medidas para resolver as dificuldades como a cobrança de impostos, o recrutamento militar e a administração jurídica.

Mesmo que o poder do Clero (juntamente com o jurídico) dirigisse os territórios da colônia sob aspectos precisos (termo e rocio), na segunda metade do século XVIII, a Coroa tinha como estratégia racionalidades político-administrativas amplamente utilizadas para estruturação do território, principalmente militares e de proteção do que já havia sido conquistado por Portugal. Como exemplo, o artigo apresenta fatos sobre a rede de cidades associadas ao eixo do Viamão, caminho de importante ligação com os territórios do Sul que servia para o trânsito das tropas de gado que abasteciam as minas e outras regiões da Colônia. Este caminho teve início já nos fins do século XVII, servindo de rota regular entre as vilas de Sorocaba e Curitiba. Isso significa que, na administração de Morgado de Mateus, este foi considerado um eixo preferencial para a urbanização.

Desta maneira, o artigo de Guedes e Salgado atenta-se às características de contemporaneidade e contexto das elevações de tais cidades, possibilitando uma compreensão da rede de vilas formadas nesse período e os seus papéis econômicos, sociais e políticos, colaborando também para a constituição da história urbana destas localidades bem como a preservação do seu patrimônio, das suas memórias e identidades. Assim, o trabalho também busca alcançar com a interpretação cartográfica histórica um estudo morfológico das formações urbanas, pretendendo subsidiar políticas patrimoniais para fins de preservação do conjunto arquitetônico ou dos vestígios de formação do que se pode entender como caráter de assentamento urbano.

Partindo de um arco temporal que abrange o século XVIII, o artigo de Rafael Augusto Silva Ferreira e Renata Baesso Pereira, denominado *"Formação territorial enquanto instrumento de afirmação das fronteiras entre São Paulo e Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. A freguesia de N. S. da Conceição do Bom Sucesso do Rio Pardo"*, acentua a criação de vilas em Minas Gerais que configurar-se-iam como uma estratégia de ocupação de território e de afirmação do poder da Coroa na organização administrativa da região. Tal intenção, como apontado no artigo, se dá pela atividade na região das minas desenvolvida entre os séculos XVII e XVIII, que fora determinante numa ocupação mais densa do interior do território da colônia. Mesmo que a região que corresponde hoje ao sul do estado de Minas Gerais, e que no século XVIII era o território da Comarca do Rio das Mortes também tenha sido a rota de penetração dos paulistas para a região dos descobertos auríferos (conformando-se pousos que deram origem a vários núcleos urbanos), o artigo visa analisar os conflitos, as práticas e os discursos envolvidos na formação da rede urbana na fronteira entre as capitanias, destacando-se o secular papel dos agentes do poder civil e eclesiástico.

Mesmo quando a Capitania de São Paulo foi restaurada em 1765 no governo de Morgado de Mateus e o fortalecimento do poder da Coroa se estruturou por ações militares e pela inauguração da produção de açúcar que fomentaria o povoamento pela fundação de vilas, a ocupação das áreas de fronteira entre as capitanias de São Paulo e de Minas Gerais nunca foi consensual entre as autoridades tanto metropolitanas quanto coloniais. Se o sertão do Rio das Mortes, local de maior tensão destas disputas legais, tinha sido marcado por estabelecimentos paulistas, todavia fora estimulado pelas tentativas de ordenamento das autoridades coloniais mineiras, motivadas pela já existente estrutura judicial lusitana. Assim, foram realizados alguns estudos de caso para elucidar as diferenças regionais em um mesmo contexto, fundamentando-se na documentação primária: a cartografia e os ofícios das Câmaras e dos Governadores. Isto, devido às instituições municipais



serem instrumentos importantes na consolidação e defesa dos territórios da Coroa portuguesa no Brasil.

Para concluir a edição, mas também abrir debates futuros sobre a sociedade patrimonialista em que nos tornamos, o artigo de Dirceu Piccinato Junior, denominado *"Dialética da propriedade fundiária privada no Brasil dos oitocentos"*, tem como objetivo a investigação e análise da propriedade fundiária privada urbana, mediante as conjunturas políticas que foram sendo estabelecidas durante o final do período Colonial, no período Imperial e no decorrer da Primeira República. Compreende-se neste trabalho por "dialética da propriedade privada" os processos de ocupação e apropriação territorial integrantes da sistemática construção e consolidação do Estado Moderno brasileiro e da formação das classes sociais do país durante o século XIX, aliando-se à análise pretendida a participação dinâmica da sociedade na definição das posições assumidas pelo Estado.

O artigo descreve esta problemática desde o período Colonial no Brasil, que se estendeu do seu descobrimento (1500) até a chegada da família Real portuguesa no ano de 1808, revelando a relação direta e em determinados momentos conflituosas entre metrópole e colônia, definindo o caráter do Estado brasileiro no que tange à distribuição de terras e revelando uma forma específica de exploração da posse fundiária conforme as conjunturas políticas. Como exemplo, o artigo aponta como, em épocas de prosperidade cafeeira, a disponibilidade de terras era o fator básico no sistema econômico além do trabalho escravo. Conquanto, em 1850, a Lei de Terras (nº601) procurou regulamentar a confusão existente em matéria de propriedade rural determinando que, no futuro, as terras públicas fossem vendidas e não doadas como aconteceu com as antigas sesmarias. Assim, pelas brechas das indefinições políticas e normativas, o que se observou foi um rearranjo fundiário de caráter capitalista que (re)configurou o acesso a propriedade privada, fundando uma estrutura territorial supostamente baseada em aspectos racionais em seu desenho, inaugurando a possibilidade de lucro com o mercado fundiário em formação.

Em meio ao esgotamento do escravismo, a solução encontrada para o cultivo das terras nas novas estipulações jurídicas foi a implantação de núcleos de colonização. A estratégia do governo nacional consistia na contratação de trabalhadores assalariados europeus, fazendo-os permanecer no país através da distribuição de pequenas propriedades. Neste viés, o autor aponta que estes núcleos foram idealizados como indutores de futuras cidades necessárias ao povoamento de áreas inóspitas e incivilizadas, além de inseridas no contexto de uma política de "embranquecimento" e formação de uma classe média que formaria o grosso da identidade nacional brasileira. Entretanto, utilizando-se de todo tipo de fraudes nos registros oficiais, os fazendeiros cafeicultores (especialmente os paulistas) trataram logo de comprovar a posse das melhores áreas, destinando escassas e pouco produtivas glebas à criação dos núcleos coloniais, além da acentuada distância dos centros urbanos. A partir deste período, com a terra comercializável, acesso à propriedade seria novamente permitido aos que dispunham de cabedal econômico significativo, consolidando a posse nas mãos da elite latifundiária já existente.

Como exemplo do quadro apresentado, o artigo analisa as transformações do mercado de terras no território da região de Ribeirão Preto, quando se incide sobre o núcleo colonial Antônio Prado criado em 1887. A proposta era que este servisse como repositório de mão de obra para as fazendas da região, atendendo à produção cafeeira. Tal núcleo colonial tinha o objetivo de abastecer o mercado local com gêneros de subsistência e eventualmente mão de obra para a lavoura cafeeira.

Somando à estas dinâmicas, outras vieram dirigir os vetores de expansão urbana como, por exemplo a construção do sistema férreo, que determinaram não apenas o escoamento da produção e a circulação de pessoas e mercadorias, mas também a fixação do povoamento. Valorizando as terras em que eram implantados, os trilhos e estações faziam expandir o comércio tipicamente urbano e atraía cada vez mais novos pioneiros. Assim, o loteamento privado da terra foi aplicado na maioria das cidades dessa parte do estado paulista utilizando-se da tipologia do traçado ortogonal. A partir da racionalidade com que se produziu solo urbano, o fazendeiro ou a companhia já tinham o número e os valores dos lotes definidos em registro, podendo prever o lucro e estabelecendo um sistema cartorial e comercial do mercado imobiliário em formação nas cidades paulistas.

Desta maneira, a dialética da propriedade fundiária exposta no artigo revela que os processos de ocupação e apropriação territorial foram partes integrantes do âmago de construção e consolidação do Estado brasileiro e da formação das classes sociais. O papel desempenhado pela iniciativa privada (ou pública) no tocante à ocupação de terras, bem como à maneira como as políticas governamentais foram se adaptando à “questão da terra” em função da pressão exercida pelas camadas predominantes no meio rural, atesta também a participação dinâmica da sociedade na definição das posições assumidas pelo Estado relativamente a essa questão. Isso significa que a propriedade fundiária privada caracterizou-se não só pelo rearranjo econômico, mas, acima de tudo, na conformação de sua estrutura política depois de cada inserção normativa.

Nesta edição, oferecemos ao leitor algumas portas de entrada para novas leituras e abordagens que devem conduzir a uma história urbana brasileira que está se “deixando fazer” no tempo presente. Aqui, estas aberturas estão apenas sinalizadas à espera de interlocução para que as narrativas sejam construídas coletivamente. Sem oposição, não há complementariedade; sem contraponto, não há conhecimento; sem esforço coletivo não há memória.

Desejamos a todos uma excelente leitura.

EDITOR IN CHIEF

**André Munhoz de Argollo Ferrão**

Universidade Estadual de Campinas

ASSOCIATED EDITOR INVOLVED IN THIS ISSUE

**Jane Victal**

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

**Labor & Engenho**...

Campinas [SP] Brasil, v.11, n.3, p.208-393, jul./set. 2017



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS